



SAÚDE DA MULHER PÓS CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE HISTÓRICA

SAMYLLÉ BARBOSA VERAS FERRO; FILIPE LEÃO FERRO

Introdução: A proposta de uma política pública de saúde resulta de processos históricos, lutas e reivindicações, na qual a população e os governantes estão envolvidos e emerge por meio de debates sobre os direitos humanos num contexto global ou local, bem como, para diversos seguimentos como a saúde materno infantil. **Objetivos:** Objetiva-se conhecer a implementação de políticas públicas materno infantis no Brasil em período pregresso a constituição democrática de 1988. **Materiais e Métodos:** Trata-se de um estudo qualitativo de revisão narrativa, as fontes de dados foram livros, sites do Ministério da Saúde, Legislações do Diário Oficial e artigos das bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/Bireme), Medline e da Scientific Electronic Library (SciELO), com buscas realizadas durante o mês de fevereiro de 2023. **Resultados:** Na década de 90, o elevado índice de cesárea e patologização do parto, excesso de medicalização aumentou ainda mais a mortalidade materna e neonatal, a organização mundial da saúde (OMS) diante dos números e de como desenvolvia a assistência propôs uma autorreflexão das práticas de saúde, com o objetivo de resgatar a humanização, visão holística do paciente, integralidade e assistência de qualidade. Em 2004, foi criado em resposta ao cenário que vivia a mulher, a Política Nacional de atenção integral a saúde da mulher (PNAISM) com o principal objetivo de superar o enfoque biologicista trazendo um conceito de saúde integral. Nos anos 90, foi instituída a portaria GM/MS 1.058 que dispõe a criação do estatuto da criança e do adolescente (ECA) que assegura os direitos das crianças e proteção por parte da família, sociedade e estado. No ano de 2002, a portaria GM/MS 1.069 com a criação do programa de triagem neonatal, que consiste em um conjunto de ações preventivas capazes de fazer o rastreamento precoce de doenças metabólicas, genéticas, enzimáticas, endócrinas como alterações oculares, auditivas, cardíacas, entre outros. **Conclusão:** É possível ver a evolução das políticas de saúde da linha materno infantil a partir da concepção de saúde de assistência biologicista para o conceito de assistência integral a saúde.

Palavras-chave: SAÚDE DA CRIANÇA; SAÚDE DA MULHER; POLÍTICAS PÚBLICAS; ASSISTÊNCIA DE SAÚDE; LINHA MATERNO INFANTIL